

## UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE AS DISSENSÕES NO PONTAL DO PARANAPANEMA: O CASO DO MAST E SURGIMENTO DO MST DA BASE

**José Sobreiro Filho**

Diretor da Seção local da AGB de Presidente Prudente  
[sobreirounesp@gmail.com](mailto:sobreirounesp@gmail.com)

### RESUMO

Nas duas últimas décadas acompanhamos na região um processo de crescimento dos movimentos camponeses com inúmeras manifestações políticas e ocupações de terras e depois um refluxo em suas lutas e com uma consequente fragmentação em vários outros movimentos sociais com projetos político-ideológicos distintos. Neste contexto, visamos fazer uma reflexão sobre o processo de dissensão dos movimentos sociais camponeses na região do Pontal do Paranapanema para que possamos entender alguns destes novos elementos e processos que compõem a luta pela terra na atualidade. O enfoque deste trabalho é justamente suscitar o debate para que possamos compreender esse novo processo emergente que cria demais processos que complexificam a luta pela terra atual. Para tanto fazemos isso através de um resgate do processo de criação de dois movimentos na região, sendo eles o MAST – Movimento dos Agricultores Sem-Terra e o MST da Base, e depois fazemos algumas problematizações pontuais no sentido de estimular o debate acerca dos riscos e interesses contidos no processo de fragmentação dos movimentos sociais camponeses.

**Palavras-chaves:** Dissensão, Pontal do Paranapanema, MAST e MST da Base

### A BRIEF REFLECTION ABOUT THE DISSENSIONS IN THE PONTAL DO PARANAPANEMA: THE CASE OF MAST AND THE APPEARANCE OF MST DA BASE

### ABSTRACT

In the last two decades seen in the region a growth process of peasant movements with numerous political demonstrations and land occupations and after reflux in their struggles and consequent fragmentation in others movements with different politic-ideological project. In this context, we aim to reflect about the dissension process in the peasant social movements in the region of Ponta do Paranapanema for us to understand some of these new elements and processes that make up the struggle for land today. The focus of this article is precisely to raise the dialogue so that we can understand this emerging new process creates other processes that complicate the struggle for land. To do this, I start either through a rescue of the process of creating two movements in the region, and they MAST -Movimento dos Agricultores Sem Terra and "MST da Base", and then do some specific problematization in order to stimulate debate about the risks and interests contained in the process of fragmentation of peasant social movements.

**Keywords:** Dissension, Pontal do Paranapanema, MAST e MST da Base

## INTRODUÇÃO

As transformações territoriais no campo brasileiro causado pelo intenso avanço do capitalismo têm provocado mudanças significativas na luta pela terra no Pontal do Paranapanema. A crise estrutural do sistema do capital, que antes soava como mera abstração e fenômeno do qual o Pontal do Paranapanema se isentava ou estava à milhas, surge e urge vorazmente na região com feições destrutivas e reduzem, através da ampliação das formas de cooptação e subordinação, ainda mais as possibilidades de combate e enfrentamento à expansão do

---

Recebido em 03/11/2011

Aprovado para publicação em 10/02/2012

capitalismo no campo. Essa conjuntura alavancada e impulsionada mais destacadamente na região, balandrau, a partir da década de 1990 atacou diretamente os movimentos sociais camponeses e alteraram radicalmente a dinâmica da luta pela terra.

O Pontal do Paranapanema é uma região edificada sobre conflito e irregularidades. Esta conjuntura e herança histórica é o principal combustível que movimentam as lutas e a intensa conflitualidade travada entre movimentos sociais camponeses, latifúndio e agronegócio. Sua ocupação e povoação foi marcada por um complexo processo de grilagem e demais irregularidades que viabilizaram a constituição do latifúndio na região (Leite, 1981; Feliciano, 2006). O “grilo” é parte fundamental para compreendermos a problemática da legitimidade e da conflitualidade acerca da posse das terras na região, pois estas irregularidades persistem ainda hoje (Leite, 1981; Monbeig, 1984). Os latifúndios originados sobre terras griladas denotam vários aspectos da questão agrária, dentre eles: o atraso; a concentração; a desigualdade; a exclusão; e a improdutividade. Além do mais, práticas como o coronelismo e o clientelismo<sup>2</sup> são marcas do passado da região que persistem ainda hoje, mesmo que de uma maneira menos evidente, contribuindo eficazmente para manter a concentração, promover e garantir que novas formas e faces do capitalismo se desenvolvam e que as adversidades sejam esmagadas.

No entanto, mesmo diante dos bramidos do latifúndio e do coronelismo, essas adversidades não foram suficientes para calar a voz e cessar a luta dos movimentos sociais camponeses que se fortaleciam na região desde meados da década de 90. Na atualidade, a imagem da modernização e do desenvolvimento avançou sobre as terras griladas intensificando a concentração, a exploração, promovendo a exclusão pela intensa produtividade e se conflitando com os interesses dos movimentos sociais camponeses devido aos seus distintos projetos políticos (Fernandes, 2009; Thomaz Junior, 2008).

Assim como em todo o Brasil, o agronegócio surgiu na região como uma nova esperança, ou seja, a “salvação da lavoura” (Thomaz Junior, 2007). Sua expansão se utilizou de um discurso desenvolvimentista que cativava os esperançosos e omitia a face perversa do aumento da concentração e expansão do capitalismo em uma nova roupagem. Eminentemente os imperativos da expansão do capital na região também surtiram efeitos na luta pela terra. O avanço do agronegócio amparado por um discurso desenvolvimentista ameaçou ainda mais os movimentos sociais camponeses, pois o inimigo era mais vigoroso e arregimentava forças de diversos setores da sociedade, sobretudo aqueles que viam os movimentos sociais como uma ameaça. O Estado, além de continuar a intensificar as formas de repressão e tentativas de cooptação dos movimentos sociais (Sobreiro Filho, 2010; Feliciano, 2006), se prostrou ativo e favoreceu o desenvolvimento do agronegócio na região.

Essa conjuntura política demandou e criou novas formas e processos na luta pela terra, como: a fragmentação dos movimentos, o processo de dissidência, novas formas de ocupação de terra, etc. Neste contexto, a dissensão surgiu como um processo marcado de conflitos e encontro de interesses e, portanto, fez-se importante por estar atrelado a estratégias políticas que alteraram a dinâmica da luta pela terra. O governo FHC e a social-democracia agiram diretamente neste processo, pois para os mesmos era politicamente interessante/estratégico a criação de um movimento social que se opusesse ao MST naquele contexto de repressão, oposição, isolamento e desmoralização dos movimentos sociais (Sobreiro Filho, 2011). No entanto, esse processo compunha o quadro de expressões da marcha destrutiva alavancado pela crise estrutural do capital e que se apregoava nas tentativas de cooptação e desarticulação dos movimentos sociais que a revelia da questão agrária historicamente se prostrou em oposição ao latifúndio, ao Estado burguês e à expansão do capital na região.

Destarte, diante desta situação imbuída de conflitualidade e interesses encarniçados que nos desafiamos a realizar um exercício reflexivo acerca das dissensões no Pontal do Paranapanema. Pois, pensar o potencial destrutivo da crise estrutural do capital no campo é fundamental para compreendermos a Questão Agrária tanto como um processo e produto de outro processo, quanto como escopo e força motriz que maquinam as ações e motivam as posturas enfrentativas dos movimentos sociais camponeses.

<sup>2</sup> Ver Dióres dos Santos Abreu (1972).

Para tanto, organizamos as leituras e reflexões, aqui apresentadas, em duas partes complementares. Na primeira parte apresentamos algumas reflexões sobre a concepção de “dissidência”, destacando o caráter político-ideológico da ação, e para ficar mais claro o processo realizamos uma leitura sobre os casos do MAST – Movimento dos Agricultores Sem Terra e do “MST da Base”. Na segunda parte, aprofundamos as leituras sobre ambos os movimentos, visando contribuir no sentido de emergir elementos ainda obscuros e entender as perspectivas, riscos e reais interesses do e no processo de dissensão, ou seja, o “o que há por trás do processo cizônio”.

## 1. A DISSENSÃO NO PONTAL DO PARANAPANEMA: MAST E “MST DA BASE”

O processo de dissensão na luta pela terra da região do Pontal do Paranapanema nos chama a atenção por criar novas formas de luta e resistência. Estas formas de lutas, conseqüentemente, engendram diferentes modos de organização, gestão/manutenção e produção do espaço/território e novas maneiras de se combater ou integrar aos avanços do capitalismo no campo. Neste contexto, as dissensões são frutos de divergências de idéias, posturas políticas, formas de luta, conduta, etc. e, como as demais relações sociais, surgem de diversas correntes e influências ideológicas, portanto é alavancada também por instituições e sujeitos políticos (Feliciano, 1999; Sobreiro Filho, 2011).

Seu sentido refere-se, na maioria das vezes, a aspectos políticos/ideológicos. Por isso, na busca de definições identificamos que seu significado etimológico está diretamente relacionado à “ruptura” com uma idéia ou acordo/contrato social. Sua origem provém do termo Latim “*Dissensio*” que tem diversos significados e sinônimos como: divergência de opiniões, de interesses, de sentimentos; disputa; desarmonia; desavenças; diversidade de opiniões; discórdia; contraste; desinteligências e dissentimento. No entanto, no contexto dos movimentos sociais, é sublevada a dimensão política do termo e predominantemente destacado os aspectos ideológicos.

Como ponto de partida, para evitar confusões, deve-se ficar claro que o “ato” ou a “ação” é a dissensão, o produto ou resultado da ação é a dissidência e aquele que pratica ou praticou a ação é o dissidente. Na maioria dos casos dos movimentos sociais a dissensão se inicia no plano político-ideológico, por isso seus significados se vistos no desenrolar da história estão sempre ligados a desacordos políticos frente a regimes ditatoriais, totalitários e democráticos.

As dissidências podem ocorrer em casos de desacordo com relações de poder instituídas ou acordadas coletiva ou individualmente. Vale ressaltar que além de a dissensão não estar necessariamente ligada à oposição entre grupos, também é fato que a denominação de dissensão foi em alguns momentos, erroneamente, alcunhada à minoria. Portanto, toda dissidência pressupõe uma conflitualidade e divergência independentemente da quantidade<sup>3</sup>.

Assim, o processo de dissensão nos e dos movimentos sociais camponeses é parte importante para entendermos a dinâmica da luta pela terra e a sua diversidade político-ideológica. Este processo que para nós ainda é um questionamento é, também, acima de tudo, resultado de diferentes projetos políticos muitas vezes criados por um grupo ou até mesmo indivíduos como os movimentos personalistas, tendo, por exemplo: o MAST, o MST da Base, o MTST, etc. (Feliciano, 1999, 2006; Sobreiro Filho, 2011).

Na ocorrência de uma dissensão ou cisão em um movimento social, formando dois grupos ou um novo grupo, um grupo rompe com todos ou parte dos ideais estabelecidos no antigo grupo. Esse processo pode ser também resultado de alterações decididas pela maioria dos sujeitos participantes, que em alguns casos isso ocorre pela intenção de reformulação dos princípios cujas intenções são de aumentar a resistência afirmando os princípios ou de integração como o caso do MAST<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Portanto, é importante compreender e relevar que em alguns casos as dissensões, contrariamente ao pensamento positivista que valoriza a quantidade em detrimento da qualidade, ocorrem sob a finalidade de fortalecer a luta através da reafirmação ideológica e do projeto político do movimento reduzindo-o quantitativamente sob o intento da qualificação. Sendo que para tal torna-se necessário que parte dissida organizando outro movimento ou não e a parte restante mantenha as suas origens, permanecendo aqueles que querem lutar pelos ideais do movimento.

<sup>4</sup> Ver carta de princípios do MAST contida em anexo em Feliciano (2006).

Esta ação está relacionada à definição de objetivos diferentes que nortearão a vida cotidiana da luta, ou seja, as práticas e, provavelmente em alguns casos, se estenderão à gestão do próprio território dirigido pela lógica do Projeto Político do movimento social, quando este tiver estimado uma organização e planejamento dos modos e meios de produção como o MST (Fernandes, 1994, 1999; Feliciano 1999).

Há também casos em que as dissensões se originam sob uma atmosfera conflituosa onde a disputa territorial é movida por projetos político-ideológicos divergentes e seus elementos assediam sujeitos de ambos os lados sob o nexos de uma conflituosidade essencial e contraditória para o desenvolvimento de uma sociedade independente de seu projeto político. Todavia, na realidade de um espaço estruturado sob as relações capitalistas, este processo, comumente, se dá com a finalidade de que de um lado ocorra a corroboração da luta por meio de um caminho de luta e resistência e do outro lado o atrelamento à lógica de um processo de desenvolvimento desigual e combinado por parte do capital através da submissão e alienação. Destarte, para alguns movimentos sociais forçar ou criar o processo de dissensão é uma questão eminentemente salutar.

Assim, as dissensões são resultados de divergências político-ideológicas na qual os objetivos norteadores resultam na criação de uma diversidade de grupos sociais organizados em torno de projetos políticos diferentes e que lutam sob uma perspectiva transformadora. Porém, vale ressaltar que é o projeto político de cada movimento social o elemento responsável pela transformação e pelos limites transformadores ao qual este grupo está se submetendo e modificando a realidade, ou seja, o espaço/território.

De acordo com Feliciano (2006), Lima (2007) e Sobreiro Filho (2011) os movimentos sociais camponeses do Pontal do Paranapanema fazem parte dos casos de dissidências que ocorrem por divergências de opiniões e princípios, diferenças na prática e nas formas de se fazer a luta pela terra.

No Pontal do Paranapanema, as dissidências surgiram, sobretudo, no final da década de 90. O MST é o movimento matriz das dissidências. Dele surgiram dissidências reconhecidas como o MAST, MLST, MST da Base, etc. e destes surgiram demais dissidências (Lima, 2007; Feliciano, 2006; Sobreiro Filho, 2011).

## **O MAST – MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM-TERRA**

O MAST – Movimento dos Agricultores Sem-Terra foi fundado<sup>5</sup> por Enilson Simões de Moura (o Alemão) em 19 de Março de 1998, no município de Rosana – SP. Sua formação deve à articulação da DSD - Social Democracia Sindical do PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira com novos movimentos dissidentes do MST, dentre eles: Movimento Sem-Terra Rosana, Brasileiros Unidos Querendo Terra, Movimento Esperança Viva, Movimento da Paz, Movimento Terra Brasil, Movimentos Unidos pela Paz, Movimento da Paz Sem-Terra, Movimento Sem-Terra do Pontal e Movimento Terra da Esperança (Feliciano, 1999).

A base política e econômica do movimento é sustentada pela SDS com uma política contrária a da CUT – Central Única dos Trabalhadores. A estrutura teórica do movimento está baseada nas concepções da social democracia de Alexis Tocqueville. Neste contexto, o MAST defende dois elementos principais em sua ação, sendo eles: 1) a defesa de um sistema político de caráter liberal-democrático, isto é, com voto, partidos políticos livres, direitos políticos amplos e intransferíveis; e 2) a defesa de um sistema econômico baseado na existência e regulação pela via do mercado.

Conforme Feliciano (1999), esta postura não apresenta nada de novo, apenas se alia com a postura do governo em seu caráter liberal-democrático. Essa aliança se materializa no seu vínculo e na defesa das instituições liberais-democráticas. O voto é entendido como um direito inalienável à organização livre, que por sua vez é articulada pelos partidos políticos e associações de classe e de interesses em geral, é fundamental para a promoção da social-

<sup>5</sup> Quanto à fundação do MAST ver Feliciano (1999; 2006).

democracia em seu sentido de combater as práticas totalitaristas e autoritárias. Portanto, o MAST se prostra como um movimento cujo projeto político esta alicerçado na corrente liberal do PSDB.

A essência da estrutura política e ideológica do movimento naturalmente caracteriza um desacordo com os princípios do MST. Enquanto o MAST se demonstra como um movimento pacífico e “domesticado”, por sua posição política, o MST visa à superação do sistema, revelando divergências nos métodos, práticas e modos de se conduzir a luta.

### O “MST DA BASE”

Outro movimento dissidente que cada vez mais vem se consolidando na região é o “MST da Base”. Esta denominação foi dada ao grupo de trabalhadores rurais sem terra que estão articulados na luta pela terra sob a liderança de José Rainha Junior desde 2003 (Sobreiro Filho, 2011). É um movimento dissidente do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e foi criado com uma frente de massa satisfatória, com acampamentos consolidados e alianças com outros movimentos e sindicatos, dentre eles o maior do país com 2.000 famílias, e com a produção organizada em associações e cooperativas marcando assim a territorialização do movimento.

Atualmente mantém acampamentos em alianças com vários movimentos, entre eles: MAST – Movimento dos Agricultores Sem-Terra; MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra; MTB – Movimento Terra Brasil; União dos Movimentos Sociais Pela Terra - UNITERRA, sindicatos de trabalhadores rurais de Andradina, Presidente Venceslau e Marabá Paulista e com a FAAPOPOP – Federação das Associações dos Assentados e Agricultores Familiares do Oeste Paulista.

Essa estrutura organizacional do movimento, tanto expressa na frente de massa quanto na produção, provém da experiência e dos contatos políticos de José Rainha Junior. O MST da Base tem a sua organização centrada na liderança José Rainha Junior, juntamente à sua esposa Diolinda Alves de Souza. Suas influências político-ideológicas e seu discurso de luta e resistência tem semelhanças às do MST, contudo vale ressaltar sobre as formas de se realizar a luta pela terra e sobre a legitimidade do nome do movimento perante o MST Nacional (Sobreiro Filho, 2011).

O Projeto Político do “MST da Base” está ligado ao PT – Partido dos Trabalhadores, portanto sua perspectiva é de fortalecimento do Governo de Dilma Rousseff:

Nós queremos, nós estamos dentro do projeto do partido dos trabalhadores, estamos dentro do projeto que o Lula implantou nesse país e com certeza será continuado com a Dilma. O nosso lado é esse. (Trabalho de campo realizado no município de Teodoro Sampaio, entrevista concedida por José Rainha Junior no dia 19 de Junho de 2010)

Assim, o MST da Base se demonstra como um movimento que apóia o Projeto Político do governo Lula e o fortalecimento da base aliada aos trabalhadores para que possa dar continuidade aos projetos. Parte dos interesses em estar aliado ao governo é a questão da produção. O “MST da Base” tem interesses claros nos programas do Governo Federal quanto à produção de biodiesel. De acordo com Rainha, um de seus projetos na região é a Cooperbio - Cooperativa de Biodiesel do Oeste Paulista, que visa avançar na produção de biodiesel e na sua comercialização<sup>6</sup>.

Outra especificidade do “MST da Base” refere-se à saída ou não de José Rainha do MST. Em entrevista, quando questionado sobre sua saída e a divulgação feita pelos jornais que alardearam uma possível ruptura com o movimento, Rainha afirma “*Não, eu nunca sai do MST. Eu sempre fiquei, nós tivemos foram diferenças, tivemos diferença!. Diferenças nas formas do método de conduzir a organização.*” (Entrevista concedida por José Rainha Junior no dia 19 de Junho de 2010). Sua afirmação ampara-se no fato de que há diferenças nas formas de

<sup>6</sup> A intenção deste projeto é, através da indústria de biodiesel, agregar valor com a produção de oleaginosa nos assentamentos, dando destaque ao plantio de pinhão-manso, amendoim, girassol e mamona.

organização do MST. Em seguida, Rainha argumenta que essa realidade se dá comumente nos Estados do nordeste, mas, sobretudo nos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, que se destacam pela heterogeneidade das formas de organização dentro do próprio MST.

Contudo, no dia 14 de maio de 2007, o MST em nota pública se defende e esclarece um conjunto de fatos acerca da desqualificação de suas lutas, propostas para a agricultura brasileira e do ataque midiático e alguns intelectuais que visaram mostrar uma divisão interna no movimento, sobretudo tendendo para um suposto “enfraquecimento”. O primeiro esclarecimento refere-se à não participação de Rainha no MST:

José Rainha Junior, não faz parte de nenhuma instância nacional, estadual ou local do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). E, portanto, em seus pronunciamentos públicos, audiências com autoridade e nos espaços que a mídia tem lhe reservado, ele fala unicamente em nome pessoal e não em nome do MST. (MST, 2007. p. 1)

No entanto, apesar de o MST não considerá-lo como um integrante e representante, José Rainha continua a se considerar como integrante e a realizar ações em nome do movimento. José Rainha Junior afirma ser do movimento devido a sua própria história e ao fato de que seria impossível o MST como um movimento da massa negar a própria massa (Sobreiro Filho, 2011).

Estabelece-se assim uma situação paradoxal, na qual há constantemente afirmações e negações de ambas as partes. Contudo, não há negação e nem afirmação completa ou integral, visto que se torna necessário o reconhecimento alheio para a sua completa afirmação e por outro lado não pode ser negado completamente pelo fato de ser um movimento constituído pela massa. Assim, tanto a afirmação quanto a negação estão relacionadas ao fato de ser um movimento de massa, sendo este o maior entrave nesta situação paradoxal<sup>7</sup>. No entanto, fica claro que as práticas e formas de organização e condução tanto do movimento quanto da luta são diferentes.

## **2. POR TRÁS DAS DISSENSÕES: PERSPECTIVAS, RISCOS E INTERESSES**

A importância em se compreender o processo de dissidência/fragmentação dos movimentos sociais camponeses no Pontal do Paranapanema justifica-se pela necessidade de se entender a atualidade e perspectivas da luta pela terra. Essa compreensão nos permite entender, sobretudo, o patamar de articulação dos movimentos sociais camponeses na atualidade do Pontal do Paranapanema, suas novas perspectivas perante a luta pela terra em geral e as novas tendências político-ideológicas. Assim, também, podemos vislumbrar as investidas do capital e do Estado perante os movimentos sociais e as ações de resistência/conflitualidade/integração dos mesmos diante dos assédios.

Destarte, com a criação de um novo processo surgem também novas questões acerca da luta dos movimentos sociais, variando desde as especificidades de cada movimento social até a questão mais estrutural da luta pela terra e da Questão Agrária. A fragmentação cria novos rumos, horizontes e patamares de referência para os movimentos camponeses, portanto é um fenômeno que está atrelado a um conjunto de outros elementos, fatores e implica incisivamente criando uma nova dinâmica na luta pela terra conforme evidencia o MAST e o MST da Base.

No entanto, uma questão imprescindível para o debate acerca da luta pela terra alavancada pelos movimentos sociais no Pontal do Paranapanema é sobre os alvos de luta e a mudança ou não dos objetivos dos movimentos. Por estar diante de um cenário em que os sujeitos políticos dão indícios de fragmentação e possível isolamento, ou como dizem alguns militantes “estão esparramados e se esparramando cada vez mais”, é que se faz importante compreender o processo de dissensão e fomentar o debate.

Conforme Feliciano (2006), Lima (2007) e Sobreiro Filho (2010) denota-se que mesmo diante

<sup>7</sup> Mais informações ver Sobreiro Filho (2011).

de uma ampla e crescente diversidade de movimentos camponeses a “luta pela reforma agrária” é o elemento que da unidade entre todos e agitam maquinando suas respectivas lutas. Por mais que sejam diversas e diferentes as formas e práticas de luta, resistência e organização dos respectivos territórios a reforma agrária é aquilo que poderíamos denominar de unidade constante entre os movimentos sociais, ou seja, um objetivo compartilhado e visado por todos e de modo que um não exclui o outro, podendo, sobretudo, articular e somar forças e bandeiras de luta. No entanto, vale ressaltar também que por mais que a reforma agrária seja a unidade entre todos os movimentos há diferenças elementares referentes aos projetos político-ideológicos de cada movimento.

Os casos mais emblemáticos da região são os dissidentes MAST e MST da Base. Ambos continuam tendo como pauta central a realização da reforma agrária. Contudo, é a forma de se fazer a luta que desde o processo de dissidência sofreu mudanças, ou seja, não seguem mais o padrão de luta pela terra do MST. Estas novas formas de luta são estratégias que de acordo com a compreensão de cada movimento são mais adequadas para alcançar seus objetivos. Uma diferença significativa na mudança das formas de luta entre o MST e o MAST refere-se ao Estado.

Logo após a criação do MAST o Estado e a social-democracia do PSDB se prostravam como aliados enquanto para o MST o Estado continuou mantendo a sua postura obstaculosa e repressiva<sup>8</sup>. Essa aliança e mudança de alvo de uma parcela do MST que originou o MAST implicaram em transformações elementares das formas de enfrentamento, pois enquanto para o MAST o caráter combativo e conflituoso perdeu significado, foco e força, para o MST se robustecia, pois o mesmo sofria ainda mais pelo isolamento do governo (Stedile & Fernandes, 1999) e pela propaganda de uma “possível” forma pacífica de se fazer a luta pela terra. Neste contexto, temos exemplos de diferenças significantes entre modos distintos de luta pela terra. Enquanto o MST partia para a luta criando demandas, se conflitava com o governo, advogando seus ideais socialistas e defendendo mudanças estruturais na sociedade, o MAST se encontrava em uma situação dita “pacífica” e dependente do Estado, ou seja, respeitando hierarquias.

Deste modo, a social-democracia do PSDB contribuiu significativamente no sentido de facilitar e criar a divergência de idéias. O surgimento do MAST foi muito interessante para a conjuntura política do governo FHC, pois além do Estado forçar o isolamento e desmoralizar o MST também entendia como uma forma de atacar o caráter massivo da luta pela terra, ou seja, era o velho ditado “matar dois coelhos em uma cajadada só”. Estes intentos se cumpriam sob uma, planejada e perversa, propaganda de que a “democracia” e a coexistência de paradigmas e ideologias eram saudáveis para a sociedade<sup>9</sup> e que existiam outras formas de se realizar a luta pela terra, contudo argumento este que tinha de sobremaneira o interesse de atacar o maior movimento social camponês e que se prostrava em clara oposição a um governo que o via como uma ameaça.

Destarte, a dissensão pode se tornar um processo interessante para determinados segmentos da sociedade. Vimos isso claramente no segundo período de governo do ex-presidente FHC quando cooptou uma parte do MST para a fundação do MAST de acordo com os fundamentos da social democracia e economicamente dependente do PSDB. Diante da “necessidade” de desmoralizar o MST, que crescia cada vez mais no país e se tornava uma ameaça ao governo, o PSDB investiu estrategicamente na criação do MAST como um movimento para se opor ao MST e levantar a bandeira da realização de uma reforma agrária pacífica.

O Estado e, sobretudo, a instituição partidária esteve organicamente comprometida com a dissensão e para o presidente FHC a cisão surgia como um processo político interessante para se combater uma “ameaça crescente” (Stedile & Fernandes, 1999). Essa experiência evidenciou que era do interesse do Estado, do partido político e da burguesia enfraquecer,

<sup>8</sup> Foram tentativas claras de disciplinar, dominar, subalternizar e extinguir os movimentos no campo, sobretudo aqueles que se opunham a ele. A democracia, base da teoria socialdemocrata, se restringia aos movimentos que se submetiam a subalternização, enquanto aos demais, ditos “rebeldes”, restavam-lhes a opressão e o isolamento.

<sup>9</sup> Obviamente, a diversidade, sobretudo, de idéias e paradigmas é saudável para a sociedade. No entanto, neste contexto, foi utilizado sob caráter perverso com o objetivo de injetar outras concepções ideológicas no bojo da luta pela terra.

desmoralizar e dismantelar os movimentos sociais. Neste caso, esse processo se deu pela via da integração, pois por meio da dissensão criou-se um movimento social com um projeto político que caminhava rumo a integração à roda-viva do mercado capitalista<sup>10</sup>.

A *priori* esse processo surgiu para o MAST como uma grande oportunidade de se aliar a instituição mais competente e capaz de realizar a reforma agrária de maneira legítima e, assim, abrir caminhos para a sua luta, evitando muitos dos problemas que o MST vinha enfrentando (Feliciano, 2006). Contudo, no transcorrer dos anos, tomou-se forma de um processo cabalístico que inicialmente omitia a sujeição/dependência/integração, mas que posteriormente deixou clara a face perversa do processo cisório e integrador promovido pelo Estado e pelo capital.

Alguns intelectuais, sobretudo Abramovay (1992) e Martins (2000), e as políticas públicas contribuíram eficazmente para garantir essa lógica e atacar as bases de determinados movimentos sociais. As políticas públicas elaboradas durante esse governo jamais reconheceram a existência do campesinato justamente pelo seu caráter histórico de sujeito político. Os intelectuais influenciaram a elaboração das políticas públicas e tão logo, movimentos cooptados e criados para suprir demandas e responder aos interesses do próprio governo, como o caso do MAST, cimentaram suas bases e seu projeto político tendo como referência idéias importadas de fundamentos político-partidários que não condiziam com os ideais advogados de sua matriz dissensiva. A carta de princípios do MAST é uma referência de mudança radical que enveredou para a social-democracia e acreditou traçou veementemente a integração ao mercado como escopo central<sup>11</sup>.

Deste modo, o MAST foi criado tendo como referência a concepção de agricultor familiar integrado ao mercado capitalista. Esse padrão também segue a risca tendência da maioria das políticas públicas voltadas para o campo, nas quais a tese da metamorfose de camponês para agricultor familiar de Ricardo Abramovay (1992) está presente e bem consolidada. A obra de Abramovay (1992) se encaixa perfeitamente para cumprir os intentos da integração dos produtores familiares/camponeses ao mercado capitalista, por isso torna-se muito freqüente suas idéias nas análises e elaborações de políticas públicas.

Outro desdobramento desta corrente e do processo de dissensão que atinge diretamente os movimentos sociais e a luta pela terra em geral é que a fragmentação, o não reconhecimento do campesinato pelas políticas públicas e a integração ao mercado golpeiam a expressão da classe camponesa ou, para alguns, classe trabalhadora por fragmentar ainda mais e criar atritos intra-classe. Esta fragmentação tira de foco questões centrais, ou seja, a reforma agrária, a crise estrutural do capital e a questão agrária.

Nesse sentido, Stedile e Fernandes (1999) chamam a atenção para as estratégias do Estado, destacando o MST e o governo FHC, em atacar e desarticular movimentos de caráter classista:

Isso acontece sempre que trabalhadores começam a criar movimentos de caráter classista. Essa tática é composta por três componentes. O primeiro é a cooptação. Como faz parte do *modus operandi* deles e a luta de classes, sempre vão tentar cooptar os líderes. O segundo componente é a divisão do movimento. Isso é clássico também. Está aí a prova do Pontal. Pior é quando a esquerda se presta a fazer esse tipo de trabalho. A divisão do movimento de massas só interessa a eles. O terceiro componente é a repressão. Se a cooptação e a divisão não funcionam, vem a repressão. A burguesia sempre atuou assim na história da luta de classes. O MST tem que estar preparado para isso, independentemente das nuances que a política oficial tem. Isso é o governo FHC. (Stedile & Fernandes, 1999, p. 146).

Essas ações visam atacar um movimento articulado e integrado para poder promover o refluxo e então a perda do caráter massivo da luta. Assim, aquele movimento que anteriormente

<sup>10</sup> Este processo está acompanhado da sublevação de vários outros elementos que compõem a lógica capitalista em detrimento de uma possível economia camponesa.

<sup>11</sup> Parte do interesse do Estado é se isentar em atuar para os interesses dos movimentos sociais. Essa prática contrária ao intento da esquerda de intensa atuação do Estado, ou seja, um movimento criado para que o Estado não precise intervir, pois seus problemas podem ser resolvidos pelo próprio mercado.

estava articulado e integrado vai aos poucos se fragmentando em vários pequenos movimentos e o caráter combativo é gradativamente arrefecido. A luta de classes e a conflitualidade também não deixa de existir, mas aos poucos deixam de ser elementares na situação, sobretudo, por responsabilidade dos próprios movimentos. O risco mais gritante é a despolitização da luta e o enfraquecimento do poder combativo e transformador dos movimentos sociais camponeses no Pontal do Paranapanema, como se fosse um esfriamento político que aos poucos consome o movimento da luta relegando-os neutralização e inércia, fato que possivelmente contesta a própria alcunha de movimento social.

Além da dissensão, outra via de fomentar as lutas intestinas intra-classes promovida entre os movimentos sociais é a elaboração de políticas públicas e projetos de desenvolvimento territorial que em alguns casos por estar cheio de limitações burocráticas remetem os movimentos a conflitos de interesses fazendo-lhes perder o foco central da questão agrária.

Esta estratégia desgasta as relações, criam conflitos nos e entre os movimentos sociais e em alguns casos não se concluem por questões político-burocráticas, como: a não liberação de verbas, mudanças de governo, irregularidades nos projetos, etc. Assim, o alto custo da criação de uma possibilidade, em alguns casos, não passa de um estratagema que toma o tempo dos movimentos, destrói a expectativa e faz passar o tempo enquanto o capital se fortalece e o governo se ocupa com outros setores da sociedade. Contudo, surge também como uma das únicas vias legais de realizar o desenvolvimento territorial pela via legal e não combativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente a luta pela terra no Pontal enfrentou períodos de refluxo e soube contornar as dificuldades e obstáculos. No entanto, com o intenso avanço do capitalismo no campo, novas formas encarniçadas de repressão e desmobilização surgiram e, destarte, iniciou-se uma nova dinâmica na luta pela terra. Neste contexto, a dissensão é um processo importante para se compreender essa nova dinâmica e juntamente à sua criação surgem vários questionamentos e interpretações a serem pensadas.

A diversidade dos movimentos camponeses tem múltiplas faces e cada uma delas atende a determinado interesse, assim como a existência da não diversidade. Pensar que a dissensão serve e impacta somente aos movimentos sociais é mera ingenuidade, pois seus desdobramentos atingem a toda uma estrutura de luta, contestação e organização social, assim também é parte integradora da lógica sócio-metabólica do capital.

As dissensões criam novas formas de luta e lógicas de reprodução social em meio a uma disputa feroz de interesses políticos. O que se viu com a criação do MAST é produto desta trama conflituosa que atacou a estrutura dos movimentos sociais e modificou a dinâmica da luta pela terra. Durante o governo FHC o processo de fragmentação da luta pela terra e a cooptação dos movimentos sinalizava em partes como uma vitória política por causar a desarticulação e o enfraquecimento de uma luta geral, sobretudo por ferir o caráter massivo da luta. Neste sentido, criaram-se então novas tendências político-ideológicas para substituir as julgadas superadas e inapropriadas como, por exemplo, a revolução socialista. Estas tendências figuraram novas esperanças e perspectivas para os trabalhadores, como, alguns casos passaram a comungar e a se integrar à lógica perversa do capital. Contudo, neste processo foi omitida a estrutura hierárquica de comando do capital (Mészáros, 2002) e a vulnerabilidade de cada sujeito integrado.

Assim como a corrente neoliberal propagandeou a queda do socialismo como o fracasso de todas as possibilidades e o esgotamento das esperanças, o governo FHC também promoveu o refluxo dos movimentos e a dissensão visando minar as ações combativas dos movimentos. Os interesses políticos eram os mesmo. Minar a ofensiva da esquerda que ameaçavam os interesses da direita e da "social-democracia". Portanto, o governo FHC enxergava o MST como um inimigo interno e suas diversas estratégias caminhavam no sentido de reprimir o movimento cada vez mais. A princípio as tentativas eram de isolamento e depois partiu para a criação de um outro movimento que fizesse oposição ao MST.

Deste modo surgiu o MAST, um movimento criado de acordo com os interesses da social democracia e subordinado aos seus intuítos. E em uma situação também complicada surge o MST da Base que por mais que em entrevista se advogue pelo caráter combativo e de esquerda apresenta vários indícios e posturas que o assemelham com o MAST (Sobreiro Filho, 2011). Portanto, são as posturas políticas que os diferenciam e implicam nas as formas de luta. Essa diversidade é composta por elementos e perspectivas muito variadas, como: a construção por um projeto emancipatório, a integração ao mercado e ao capital, o caráter combativo, a passividade, a luta massiva, a perspectiva de caminhar a reboque do Estado e do capital, etc. Uma riqueza de diversidade político-ideológica que dependendo do mirante intencional pelo qual é vislumbrada pode ser compreendida tanto como o caminho certo quanto como empobrecimento político-ideológico e retrocesso da luta.

Por fim, o que resta deste processo são mais questões a serem respondidas, como: “Quais as perspectivas para os movimentos sociais camponeses? A integração? A superação? Continuar, em alguns casos, sobrevivendo a custas de medidas paliativas? A extinção? O enfrentamento?”; “A diversidade pela fragmentação enfraquece a luta pela terra?”; “Quais os benefícios e custos do processo de dissensão e da fragmentação dos movimentos?”; “A cooptação dos movimentos sociais por parte do Estado e do capital é uma tentativa de reformar e extinguir a luta dos movimentos?”. Diante deste amplo e instigante quadro de questionamentos, não há dúvidas de que há novos elementos a serem pensados para se compreender a luta pela terra e que, portanto, as reflexões aqui iniciadas devem ir muito além, afinal ainda há muito que se refletir e entender.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente**. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

FELICIANO, Carlos Alberto. **A Geografia dos Assentamentos Rurais no Brasil: O MST e MAST no Pontal do Paranapanema/SP**. 131 f. Monografia (curso de Geografia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Movimento Camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo. Contexto, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: Luta pela Terra: Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora Unicamp. Campinas, 2009.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Proposta Editorial, 1980.

LIMA, Edvaldo Carlos de. **Os Movimentos Sociais de Luta Pela Terra e Pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema (SP): Dissidências e Dinâmica Territorial**. 2006. 120 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **Reforma Agrária: O impossível diálogo**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2002.

MST. **Nota Publica do MST**. 2007. ([www.mst.org.br](http://www.mst.org.br))

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

SOBREIRO FILHO, José. **Os MST's do Pontal do Paranapanema: dissensão na formação dos movimentos camponeses**. 2011. Relatório de pesquisa – FAPESP. [http://www4.fct.unesp.br/nera/projetos/relatorio\\_nino2.pdf](http://www4.fct.unesp.br/nera/projetos/relatorio_nino2.pdf)

STEDILE, João P.; FERNANDES, Bernardo M. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Não há nada de Novo sob o Sol num Mundo de Heróis! (A Civilização da Barbárie na Agroindústria Canavieira)**. Revista Pegada, Presidente Prudente, v. 8, n. 2, p. 05-25, dez. 2007.

\_\_\_\_\_. **Por Trás dos Canaviais, os Nós da Cana**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002

\_\_\_\_\_. **Por uma “Cruzada” contra a fome e o Agrohidronegocio – Nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo adiado**. Revista Pegada, Presidente Prudente, v. 9, n. 1, p. 07-33, out. 2008.